A crítica do fabuloso e a verdade histórica nos estudos de Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Manoel de Macedo

MARIA DA GLÓRIA DE OLIVEIRA*

E de quantas bellas fabulas não estão cheias todas as historias?
Francisco Adolfo de Varnhagen.

As causas que contribuíram para encher de nevoas a nossa tão recente antiguidade são conhecidas de todos aquelles que se tem dado ao estudo da historia pátria. [1]
Joaquim Manoel de Macedo

Quando Voltaire definiu a história como "a narração dos fatos tidos por verdadeiros, ao contrário da fábula, narração dos fatos tidos por falsos", reiterou a consciência de uma fronteira de difícil demarcação, mas sem a qual nenhum conhecimento histórico seria possível (VOLTAIRE, 2007: 3-36). A insistência acerca do propósito crucial de oferecer relatos verídicos remontava ao nascimento do gênero historiográfico entre os antigos, sobretudo na crítica à tradição mítica e a ênfase na exclusão do fabuloso, enunciadas por Tucídides na célebre introdução a sua *História da Guerra do Peloponeso*.[2] Tal demarcação metodológica acompanharia, na modernidade, a constituição da história como disciplina científica, capaz de construir um saber fundado na operação investigativa dos vestígios do passado. Um estatuto de cientificidade não seria conquistado, entretanto, sem que se estabelecessem embates intelectuais, travados no âmbito das instituições acadêmicas de pesquisa (POMIAN, 1999: 16). Isso porque o processo de conformação disciplinar implicaria a reivindicação de um método de trabalho profissional, caracterizando o que Manoel Luiz Salgado Guimarães chamou de uma "intensa disputa pelo monopólio da fala com relação ao

* Professora de Teoria da História e História da Historiografia no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[1] Para as citações de textos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, doravante *RIHGB*, manterei a grafia e a pontuação originais.

[2] "E para o auditório, talvez, o caráter não mítico dos fatos parecerá menos agradável; mas, a quantos desejarem observar com clareza os acontecimentos ocorridos, e também os futuros que então novamente, pelo que respeita ao humano, ocorrerão tais quais ou análogos, julgarem tais coisas úteis, será o bastante" (Tucídides, I.22,4). Apud (PIRES, 2006: 62).

passado" (GUIMARÃES, 2002: 184). Os historiadores modernos serão movidos por uma compulsão desmistificadora no exame das fontes e tradições. A despeito de seu impacto epistemológico mais amplo no Oitocentos, a disposição para "expurgar o falso" pode ser creditada, inegavelmente, às práticas da crítica filológica e aos seus precedentes antigos, medievais e renascentistas.[3] Como bem demonstrou Anthony Grafton, a falsificação documental e literária teve papel decisivo no desenvolvimento dos procedimentos da filologia desde o período helenístico, passando pelo Renascimento até a constituição da moderna crítica histórica (GRAFTON, 2001: 85-117).[4]

A historiografia ocidental desde sempre travou uma guerra obstinada contra a ficção. Foi por sua luta contra os mitos, as lendas e as fabulações da memória coletiva, transmitidas pela tradição oral, que o gênero historiográfico criou um afastamento em relação aos demais discursos, forjando-se precisamente a partir da diferença que o credenciou como *savante*, ou seja, como discurso portador de conhecimento. Mais do que estabelecer a verdade, com os procedimentos da crítica de documentos, o historiador detecta o que é falso, equiparando-o à condição de "fábula". Deste modo, ele estabelece, no âmbito da linguagem, o lugar próprio concedido à sua disciplina: "como se, instalado no meio das narrativas estratificadas e combinadas de uma sociedade (tudo aquilo que ela narra ou o que é narrado), o historiador se empenhasse em perseguir o falso mais do que em construir o verdadeiro, ou seja, é como se ele somente produzisse a verdade determinando o erro" (CERTEAU, 1987: 53-54).[5]

A batalha para expurgar as inexatidões e os equívocos que maculavam a história do Brasil ocupou grande parte dos esforços investigativos dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Cândido Mendes de Almeida, em suas "Notas sobre a história pátria" [1876], afirmava que a história do Brasil do século XVI tinha

[3] A tese de que o método moderno de pesquisa histórica tem raízes nas práticas de erudição foi formulada em artigo de 1950, por (MOMIGLIANO, 1983: 244-293). Para uma reavaliação crítica dos argumentos desse artigo, cf. (HERKLOTZ, 2007: 127-153)

[4] Sobre a distinção entre história e ficção no desenvolvimento da crítica filológica dos humanistas renascentistas, cf. também (LEVINE, 1999: 3-71).

[5] Para uma oportuna retomada da discussão teórica sobre as relações entre história e ficção, abrangendo a vasta bibliografia acerca do tema, cf. também (LIMA, 2007).

necessidade de ser convenientemente expurgada, posto que havia ainda "muita fabula ridícula e mesmo intolerável" sobre o período. Depurar as histórias dos elementos lendários, dos fatos mal averiguados, sobretudo os que se reproduziam nas obras dos cronistas, consistiria na principal exigência dirigida aos historiadores.

> *Vivemos assim cercados de fabulas, que deturpam a historia; fabulas que se dramatisam com detalhes de pura imaginação, sentindo-se que por falta de verdadeira critica ellas se reproduzam nos livros dos modernos cultores da historia nacional. O dever do moderno historiador é, armado de uma critica, tão sensata quanto severa, expurgar de nossa historia taes excrescências, que tanto a maculam.* (ALMEIDA, 1875: 5-6).

Algumas décadas antes, em uma dissertação apresentada imediatamente após a fundação do IHGB, o marechal Raimundo da Cunha Matos mencionara o "imenso fardel de escritos inexatos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos", advertindo para a necessidade premente de submetê-los ao escrutínio crítico. A tarefa prioritária dos membros do IHGB consistiria no "escalpelo da boa crítica" de todos os escritos históricos acerca do Brasil, fossem estes de autores nacionais ou estrangeiros. Se alguns destes últimos haviam sido injustos contra brasileiros e portugueses, quanto aos primeiros, sobretudo aqueles que escreveram antes da independência, era preciso lê-los tendo em conta o peso da censura e da falta de liberdade durante a administração colonial (MATOS, 1863: 122-129).

Naquele momento, contudo, a questão recorrente nas discussões dos sócios da agremiação dizia respeito à outra operação crucial do trabalho do historiador: a construção do tempo histórico, ou seja, a periodização. Somente através da determinação das suas diferentes épocas, a história geral do Brasil tornar-se-ia possível ou, pelo menos, pensável, como conjunto de acontecimentos dotado de ordenação e sentido.[6] Apoiando-se na opinião predominante, corroborada por autores antigos e modernos, Cunha Matos circunscreveria três períodos distintos para a nossa história, a saber, o primeiro, relativo aos aborígines ou autóctones; o segundo, compreendendo o

[6] O problema fora formulado por Januário da Cunha Barbosa na primeira sessão do Instituto e dirigido aos seus consócios nos seguintes termos: "Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brazil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quaes devem ser suas divisões" (*RIHGB*, 1839: 48). Sobre as tentativas de solução do problema da periodização da história do Brasil dentro do IHGB, cf. (RODRIGUES, 1978: 125-144).

descobrimento e a colonização pelos portugueses e o terceiro, abrangendo todos os fatos desde a independência. Antes que o naturalista von Martius apontasse para a necessidade de se investigar os "habitantes primitivos" do território brasileiro, o marechal ressentia-se quanto à falta de "monumentos de séculos remotos" para conferir plausibilidade a um passado que, até então, confundia-se com a formulação de simples conjecturas. "Esta parte da historia do Brasil existe enterrada debaixo de *montanhas de fabulas*, porque cada tribu ao mesmo tempo que apresenta origens as mais extravagantes, não sabem dar razão clara das suas emigrações, e a actual residencia e para cada uma d'ellas um seculo dos nossos, é a eternidade"(MATOS, 1863: 129-130).

Para escrever a história dos autóctones brasileiros, tornava-se imprescindível o aporte das novas "ciências" modernas como a lingüística, a etnografia e a arqueologia que contribuiriam para dotar esses povos de um passado tangível, desvendando as suas "tradições mui confusas e disparatadas".[7] Cunha Matos apresentava, enfim, o método que o permitia elaborar os seus escritos geográficos e históricos "tanto a respeito do Brasil como de outros lugares do universo". A história era, antes de tudo, a ciência de narrar ou descrever os acontecimentos do presente e do passado, devendo ser escrita "por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro que for possível". Caberia aos historiadores investigarem um amplo espectro de vestígios e fontes da história brasileira para descreverem, em primeiro lugar, as "tradições dos tempos fabulosos, depois destes, os heróicos e, finalmente, os verdadeiros antigos e modernos". Assim, munidos da crítica austera, deveriam proceder ao exame de todos os materiais e monumentos, não prescindindo do uso dos preceitos da paleografia e da cronologia.

> *Se os escriptores do Brasil tivessem praticado estas regras que são impresceptíveis e aconselhadas desde a mais alta antigüidade por aqueles que estão reputados mestres dos historiadores, não teríamos o desgosto de encontrar ficções em vez de realidades e de ler mui desfigurados alguns dos mais belos episódios dos fastos brasileiros. Bem conheço que aquilo que nos acontece acerca de notícias antigas sucede em todos os outros lugares do universo; não existe obra alguma histórica dos tempos passados e dos modernos que não contenha muitos erros por motivos mui diferentes. Os gregos sempre orgulhosos, honraram*

[7] Sobre a formação do discurso etnográfico dentro do IHGB, acompanhado pelos usos da filologia e da arqueologia como modos de atribuir historicidade às populações indígenas, cf. (TURIN, 2006 e 2007).

> *Herodoto com o epíteto de pai da historia: esta asserção é falsa. O philosopho de Halicarnasso [...] lisongeou a vaidade grega e deprimiu todos os estrangeiros, dando-lhes o nome de barbaros. A sua relação da vitória obtida por Temístocles sobre a armada de Xerxes é uma impostura. A historia dos medos é outro amontoado de falsidades [...].* (MATOS, 1863: 123). [8]

A depuração do fabuloso na escrita da história

Passados dez anos das preleções do marechal Cunha Matos, uma advertência análoga contra as inverdades perpetradas pela tradição historiográfica excederia o caráter marcadamente prescritivo daquela primeira formulação para se converter em estratégia efetiva de desconstrução de um acontecimento lendário dos tempos coloniais. Com a dissertação *O Caramuru perante a História*, Francisco Adolfo de Varnhagen enfrentaria a tarefa de pôr à prova a viagem do português Diogo Álvares Correa e da índia Paraguassu ao reino da França, onde teriam se casado sob as bênçãos de Henrique II e de Catarina de Médicis. Em 1842, o trabalho do Visconde de Porto Seguro seria premiado com uma medalha de ouro em concurso do IHGB, no qual se propunha o exame crítico daquele episódio referenciado por cronistas e narrado pelo baiano Rocha Pita em sua *História da América Portuguesa*".[9]

O que importa ressaltar no texto é precisamente o modo como o historiador operou a depuração do "fato maravilhoso", posto em questão pelos sócios do Instituto, submetendo ao julgamento a autoridade da tradição, em nome da verdade autorizada

---

[8] A reputação de Heródoto como, a um só tempo, "pai da história" e "mentiroso", remonta à Antigüidade, conforme o demonstrou (MOMIGLIANO, 1983:169-185). Por sua vez, a depreciação dirigida ao autor das *Histórias* pelos historiadores do século XIX ecoa o juízo que lhe dedicara Voltaire: "tudo o que ele conta sobre a fé dos estrangeiros é fabuloso, mas tudo o que viu é verdadeiro". A despeito de atribuir-lhe mérito igual ao de Homero, por ser o "primeiro" na invenção de um gênero, considerava que Heródoto "recitando para os gregos os nove livros de sua história, encantou-os pela novidade da empreitada, pela beleza de sua dicção e principalmente pelas fábulas". (VOLTAIRE, 2007: 16-20). Em sua tese, François Hartog observa que Voltaire contribuiu para fixar uma partilha entre o historiador das Guerras Médicas e um outro Heródoto, contador de histórias e viajante (HARTOG, 1999: 33-35).

[9] "Qual o grao de veracidade em que se deva ter o facto maravilhoso de Diogo Alvares Correa e da celebre Paraguassu, confórme refere Rocha Pitta na sua *América Portugueza*....?" (*RIHGB*, 1842: 557). Em nota de rodapé a uma edição mais recente da obra de Rocha Pita, Pedro Calmon afirma não se justificarem mais as dúvidas sobre a viagem de Caramuru e a índia Paraguassu à França, entre 1526 e 1527, quando reinava não Henrique II, mas Francisco I. Cf. (PITA, 1976: 43). Para uma análise da construção da figura de Caramuru, desde os primeiros cronistas e poetas do período colonial, incluindo o tratamento crítico do tema em Varnhagen, cf. (AMADO, 2000: 1-53).

pelas provas documentais.[10] Munido de vasta documentação, em grande parte inédita, Varnhagen avalia não apenas a passagem de Pita, mas chama igualmente ao "rígido tribunal da crítica" todos os escritores que o antecederam na referência ao acontecimento. Os pressupostos de sua análise ancoram-se na firme convicção de que a corroboração metódica dos documentos permitiria asseverar se os fatos tiveram "existência histórica" ou meramente "fabulosa".

> *Quase todas as nações offerecem exemplos, nos primeiros tempos da historia da sua civilisação, de contos maravilhosos que as acalentaram no berço, e depois entretiveram a fantasia de seus povos, em quanto estes não tinham de si muito que dizer. Há n'esses contos quase sempre um fundo verdadeiro: nem era possível a quem tinha pouco de que historiar esquecer-se de um feito extraordinário praticado por homens mais eminentes de corpo ou de espírito, ou oriundos de gente de maior ilustração, aos quaes os simplices aborigenes selvagens deviam ter venerado como creaturas de outra espécie, como deuses ou semi-deuses. Formado assim um verdadeiro mytho heróico, propaga-se tomando corpo de geração em geração, e freqüentes vezes se tem até fundido no nome de um só individuo os casos notáveis ocorridos a differentes pessoas.* (VARNHAGEN, 1848: 129).

O trabalho de cronistas e historiadores constituía-se em ponto de chegada do estado de civilização de um povo, o que não significava que, antes deles, inexistissem registros da história. Estes se encontravam em um "archivo popular e não menos duradouro que os documentos escriptos em pergaminho", ou seja, no cadinho das tradições orais. Para Varnhagen, não se tratava de recusar absolutamente o valor das lendas e crenças populares, mas de discriminá-las em suas dimensões históricas e poético-imaginativas: "quando lemos um poeta clássico acreditamos com igual fé nas entidades que tiveram uma existência histórica, como nas propriamente fabulosas; quem nos dá a verdadeira fé é a magia do poeta, que melhor sabe tocar-nos, vibrando-nos as cordas do sentimento" (Ibid: p. 130-131).[11]

Ora, as proezas de Caramuru eram problemas que à justa e severa crítica histórica do Visconde de Porto Seguro caberia depurar, levando em conta a popularidade da sua elaboração em forma de epopéia pelo brasileiro José de Santa Rita Durão. Varnhagen

[10] Sobre a passagem de um regime de estabelecimento da verdade, fundado na hegemonia das tradições e crenças religiosas, para a construção da credibilidade "científica" moderna, cf. (LECLERC, 1996).

[11] Para uma discussão sobre as relações de Varnhagen com a poesia, cf. (CEZAR, 2007: 306-312).

escrevera uma biografia do poeta, publicada na *Revista do IHGB*, em 1846. Segundo ele, a maior prova do gênio do autor do *Caramuru* estava "na maneira como soube tornar épica e heróica uma acção e um individuo que o não eram". Considerava que o "facto maravilhoso do Caramuru" permanecia ainda por ser averiguado e, embora fosse narrado por cronistas como Simão de Vasconcelos e pelo próprio Rocha Pitta, assinalava as "circumstancias de fabula" da obra de Durão como "liberdades poéticas" do seu autor (*RIHGB*, 1846: 276-283).

As operações investigativas do historiador pressupunham que ele se desembaraçasse de quaisquer juízos prévios, adquiridos tanto na leitura de outros historiadores quanto nas imagens e invenções poéticas: "vamos desprevenidos perscrutar documentos, que serão tanto mais seguros quanto concordes e bons accusadores dos desvios por que se encaminharam aquelles outros incoherentes e anachronicos". Varnhagen não contraditaria a tradição acerca da existência de Diogo Álvares, sobre a qual afirmava não ter qualquer dúvida. Com o uso de documentos de arquivo, retificaria a cronologia dos fatos, desde a chegada do português à Bahia até o ano de sua morte (VARNHAGEN, 1848: 131-140).[12] Quanto à decantada estadia na França, o argumento decisivo para negar a sua veracidade estaria na inexistência de qualquer testemunho coetâneo ao episódio. O veredicto crítico se apresentava na medida em que o historiador adquiria "uma convicção fundamentada em muito maior copia de documentos". Em outras palavras, para atribuir os diferentes graus de exatidão no estabelecimento dos fatos históricos, ele auferia a verdade e a falsidade por meio do absoluto *poder de veto* concedido às suas fontes (KOSELLECK, 2006: 188).

> *Correndo porem a immensidade de despachos, officios, cartas particulares, informes e mais papeis que se escreveram de França respectivos as mínimas occurrencias que então se passavam acerca das negociações pendentes d'aquelle reino com Portugal, [...] é que se collige a impossibilidade da existência de tal acontecimento, que ninguém contou; quando se tivesse succedido, tão notório era elle que deveria apparecer noticiado por mais de uma pessoa, e em mais de uma carta, como vemos a respeito de outros menos importantes n'esse tempo.*(VARNHAGEN, 1848: 141)

[12] Outros pormenores também são esclarecidos, tais como: o significado dos nomes "Caramuru" e "Paraguaçu" e a inexistência de uma suposta carta de Carlos V a Diogo. Para as principais conclusões de Varnhagen sobre o tema, cf. (AMADO, 2000: 27-28).

A despeito de não ser noticiada na documentação "oficial", a fabulosa viagem de Diogo Álvares não merecia ser destituída, entretanto, de qualquer fundamento e tampouco menosprezada como mera invenção: "a tradição é vaga, compõe, associa, romancea, despreza a chronologia, reúne ás vezes dois entes em um só, creando monstros...", tudo o que, enfim, seria interditado no trabalho de um verdadeiro historiador (Ibid., p. 144). Entende-se, a partir daí que, na avaliação crítica da *História da América Portuguesa*, Varnhagen fosse taxativo acerca da narração do episódio pelo seu predecessor, classificando-a como um "fragmento do colorido próprio dos typos gongoricos do século passado". Argumentava ainda que aquela versão não passava de uma transcrição ampliada da narrativa encontrada na *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, publicada em 1663, pelo padre Simão de Vasconcelos.

> *Gabriel Soares estabelecera-se no Brasil em 1570, e ainda devera encontrar recente a historia do Caramuru para a poder ouvir da bocca dos contemporaneos; Vasconcelos escreveu um seculo depois, e portanto ainda suppondo que elle nada creou, e apenas pôs por escrito o que ouvira, por ventura não devemos nós condemnar como pouco segura essa tradição, que já tinha de bocca em bocca atravesado tres gerações n'um povo tropical e de imaginação ardente, quando documentos em contrario nos induzem a condemnal-a?* (Ibid., p.147)

Seria, portanto, à sombra da autoridade do cronista que se apoiavam as narrativas subseqüentes do episódio, incluindo a epopéia elaborada por Santa Rita Durão. Varnhagen lamentava que o poeta não tivesse sido precedido por um historiador, "bem como Camões o foi por [João de] Barros...". Mas, quanto à narração da proeza de Diogo Álvares, enriquecida "com as galas da invenção", em uma obra historiográfica como a de Rocha Pita, Varnhagen formulava um veredicto mais severo, sugerindo que a riscassem das "páginas verídicas" da nossa história:

> *Reputamol-os um bello episodio próprio para o romance e poesia, uma vez que já n'elle há certa crença: nós todos enlevados pelos feitiços do maravilhoso demos existência formal ao que antes não fora talvez mais do que conjecturas enfeitadas por uma imaginação creadora, e por ventura inclinada a dar insensivelmente a seus assumptos um colorido romântico, circumstanciando a narração com o engenho quando a historia ao seu tempo conhecida os não manifestava. Porem o historiador quando o queira expôr nada lhe custará a acompanhar a sua menção das previdentes expressões consentâneas a inculcar duvida. Há certas narrações de casos mesmo fabulosos, que uma vez entradas no corpo da historia de um povo apoderam-se d'elle sem mais o largarem; embora pelo tempo adiante venham só mencionar-se para se asseverar que não succederam*. (Ibid., p. 151)[13]

[13] Varnhagen não seria o primeiro a lançar suspeitas à obra de Rocha Pitta. Em 1826, em seu *Résumé de*

Varnhagen entendia que nenhuma história poderia se constituir como verdadeira enquanto o seu conteúdo factual continuasse permeado por "tradições fabulosas" e conjecturas sem provas. A crítica das fontes, se não levava sempre a constatações inequívocas (o que acontecia quanto mais remotos fossem os acontecimentos ou quando sobre eles inexistissem quaisquer testemunhos), assegurava, ao menos, que o conhecimento histórico se fundasse no chão seguro da facticidade.

A autoridade das fontes sob suspeição

Com pressupostos análogos, Cândido Mendes afirmaria que "sem chronicas verdadeiras, abundantes em factos, uma boa história era impossível". Para que o passado colonial pudesse ser conhecido era necessário, portanto, que o historiador se apoiasse em testemunhos contemporâneos aos acontecimentos, e não apenas em narrativas "criadas pela imaginação" por escritores, muito tempo depois do sucedido. A exemplo da desmistificação a que o Visconde de Porto Seguro submetera o "facto maravilhoso" do Caramuru, o tribunal da crítica deveria invocar outros personagens históricos a fim de determinar o seu "justo valor" historiográfico (ALMEIDA, 1875: 17).

A postura de suspeição diante dos relatos de cronistas dos nossos primeiros séculos estaria marcadamente presente nas *Dúvidas sobre alguns pontos da história-pátria*, de Joaquim Manoel de Macedo. A dissertação do orador do Instituto desenvolvia-se em torno de questões que, para ele, persistiam como pontos duvidosos das obras dos historiadores do Brasil. Se os tempos de origem dos povos encontravam-se, em grande parte, envoltos em um "mysterio impenetravel", na história nacional tal obscuridade dilatava-se muito além dos anos da descoberta pelos portugueses, atingindo o nosso passado próximo:

---

l'histoire littéraire du Brésil, Ferdinand Denis o reconhecia entre os historiadores brasileiros, porém afirmava que era "necessário lê-lo com alguma reserva, porque admite certos fatos maravilhosos que sua viva imaginação e o espírito da época o induziram a admitir como dignos de inteira fé' (DENIS,1968: 96-97).

> *No tempo colonial, poucos homens se lembraram de perpetuar em chronicas e memórias a lembrança dos factos da época: [...].*
> *E por isso que não abundam os historiadores e chronistas dos nossos primeiros séculos, acontece que alguns factos vão passando em julgado, só porque algum auctor o refere, e não há outros que o combatam, assim aquelle que estuda a matéria toma muitas vezes o erro pela verdade, a outros igualmente o transmite, tornando-se em verdade o erro pela regra de ser muitas vezes repetido.*
> *A menos que a critica conscienciosa e apurada não preste auxilio seguro, não descobrimos meio de escapar ao engano, quando há um único livro em que se tenha historiado um certo acontecimento; no caso porém em que diversos auctores se ocupam do mesmo assumpto mais facil se torna descobrir a verdade, ou, se quer, marcar os pontos duvidosos que precisam e devem ainda ser elucidados.*(MACEDO, 1862: 4)

As dúvidas de Macedo diziam respeito ao modo como os autores das histórias do Brasil ajuizavam a reputação de dois grandes homens envolvidos na luta contra os holandeses em Pernambuco: de um lado, a má fama que se criara em torno do nome de Mathias de Albuquerque quanto às ações de defesa da capitania diante da ameaça estrangeira e, de outro, os feitos notáveis atribuídos a João Fernandes Vieira nessa mesma guerra. Por se tratar de acontecimentos históricos plenos de heroicidade e motivos de ufania, cumpria examinar o que havia de invenção ou de verdade nas narrações dos fatos protagonizados por ambos.

> *Na historia falle a verdade sempre e antes de tudo: é ella somente que deve dirigir a*
> *penna do escriptor na exposição dos factos como é só a consciência que deve presidir a apreciação delles. Cumpre que o historiador e o chronista se lembrem sempre que diante da posteridade póde faltar quem os desminta, quando elles desvirtuam um facto, e que em tal caso o mal que fazem á memória de uma personagem histórica, não tem recurso algum ou difficilmente chega a ser remediado, e isso lhe deve pesar na consciência.* (Ibid., p. 5-6)

Sobre a memória de Mathias de Albuquerque pesava a censura acerca da falta de empenho na resistência aos batalhões de invasores. Entre os cronistas dos tempos coloniais, citados extensamente, apenas dois – Giusepe de Santa Teresa (*Istoria delle Guerre Del Regno Del Brasile*) e o marquês de Basto (*Memórias Diárias da Guerra do Brasil*) – contemporâneos do conflito, emitiam opinião favorável às ações do general. Apoiando-se no relato do segundo, Varnhagen teria feito a defesa e honra do acusado. Contudo, a sua autoridade, argumentaria Macedo, não era suficiente para dirimir a

questão, pois na *História Geral*, "citando unicamente as *Memórias Diárias* do mesmo márquez de Basto [....] e infelizmente dizendo saber de factos positivos que lhe recommendam as muitas e mui adequadas providencias que tomou aquelle general, não menciona esses factos" (Ibid., p. 9).

Quanto aos escritores de opinião contrária, ou seja, os detratores da figura do general, considerava que todos os que escreveram depois de Robert Southey não mereciam crédito: "*todos elles se foram repetindo uns aos outros*, ou a Brito Freire, Fr. Raphael de Jesus e Rocha Pita, sendo até para notar que alguns os repetissem mais ou menos *ipsi verbis*". Era necessário recorrer a fontes mais genuínas para resolver o problema. Para Macedo, isso significava confrontar minuciosamente os relatos dos cronistas coevos à guerra holandesa, nos quais se apoiavam todos os historiadores subseqüentes.

> *Nós comprehendemos que aquelle que toma sobre si o empenho de escrever a historia dos acontecimentos passados seja induzido em erro pelos chronistas da época que elle procura recordar; quando porém o novo escriptor avança proposições, determina a respeito de um facto circumstancias que nenhum dos chronistas comtemporaneos refere, o homem, que como nós, se esforça por estudar conscienciosamente, tem direito de duvidar da asserção, enquanto não se lhe mostra a fonte em que ella foi bebida.* (Ibid., p. 17)

Ora, nos testemunhos desabonadores sobre Mathias Albuquerque, sobressaíam traços que colocavam em dúvida a possibilidade de um juízo imparcial sobre o personagem. Cronistas como Frei Manoel Calado e Francisco de Brito Freire, respectivamente autores de *Valeroso Lucideno* (1648) e *Guerra Brasílica* (1669), forneciam registros pouco exatos dos expedientes do governador ou deixavam transparecer em seus relatos certo "espírito de partido". De acordo com Macedo, objeção idêntica podia ser feita a um autor moderno como o consócio José Bernardo Fernandes Gama, cujas *Memórias Históricas de Pernambuco* (1840) estavam marcadas por certo "providencialismo" em muitas de suas páginas.

Por sua vez, as já citadas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654) em que se assinalavam as diligências do português na organização da milícia pernambucana,

carregavam o inconveniente de outra espécie de parcialidade, na medida em que o seu autor, Duarte de Albuquerque, era irmão do general em questão. A despeito de se constituir em uma "auctoridade valiosa e em testemunho de grande peso", o parentesco entre o cronista e o personagem histórico dava lugar à suspeição, "o seu testemunho pois não faz[ia] prova sufficiente para sobre elle se basear a sentença critica" (Ibid., p. 9). Entre os demais relatos, a objeção mais enérgica incidiria, contudo, sobre o *Castrioto Lusitano* (1679), de Frei Raphael de Jesus que, segundo Macedo, "viu o drama com *olhos alheios*, escreveu de longe", diferentemente de cronistas como Frei Calado e Brito Freire ou o marquês de Basto, testemunhas oculares que estiveram no "theatro da luta" (Ibid., p. 11).

O problema enunciado pelo orador do Instituto emergia do exame de narrativas divergentes tanto em seu conteúdo factual quanto diversas na fidedignidade dos seus testemunhos, o que o obrigava a sopesar as opiniões daqueles que narravam os acontecimentos vistos com os seus *próprios olhos* e os que, como Raphael de Jesus, no final do século XVII ou Rocha Pita no XVIII, os viam com *olhos alheios*. Após ponderar longamente tais questões, Macedo formula a defesa de Mathias de Albuquerque frente ao relato de "alguns chronistas do décimo sétimo século, um historiador do décimo oitavo e quase todos os auctores de historias e compêndios de Historia do Brasil", apoiando-se na fonte que, segundo ele, melhor corroborava a improcedência das acusações que pesavam sobre o general: "não é de presumir que o márquez de Basto, actor no drama terrível, e escrevendo aos olhos dos contemporâneos e também para ser lido por elles, enchesse de inventos as primeiras paginas das suas *Memórias Diárias*, e improvisasse fortificações e trabalhos que não tiveram lugar....". Importante era relativizar também a censura dirigida ao governador pelas festas que fez celebrar em honra do nascimento do príncipe herdeiro do trono espanhol: "os chronistas que referem o facto e que o censuram com evidente azedume, são portuguezes, e portuguezes que escreveram logo depois da feliz e gloriosa revolução de 1640 que libertou Portugal do jugo da Hespanha" (Ibid., p. 12-13).

Com um raciocínio idêntico, Macedo formulará as suas suspeitas acerca das proezas heróicas atribuídas a José Fernandes Vieira pelos autores modernos da história do Brasil:

> *[...] não nos é possível admitir sem novos estudos, e mais serio exame tudo quanto alguns tem escripto sobre a defesa brilhante do forte S. Jorge; e por isso mesmo que a consideramos como a primeira pagina fulgente da historia d'essa guerra de vinte e quatro annos, temos para nós que ella pode bem escuzar algumas exagerações e algum invento, que por ventura se haja misturado com a verdade [...].*
> (Ibid., p. 15-16)

Ao passar em revista os compêndios de história, Macedo chama a atenção, de imediato, para a disparidade de informações quanto ao número dos soldados combatentes do lado brasileiro e do holandês.

> *Ninguém pode ter o direito de inventar circumstancias para dar mais belleza e brilhantismo a um acontecimento, a um facto notável; por tanto os auctores que citamos, não inventaram, deram credito a alguma auctoridade na matéria. Pois bem: o que nós pedimos, é que se nos aponte a auctoridade, a fonte, onde tantos escriptores foram beber a relação [...] Ora no caso em questão auctoridades e fontes só se devem considerar os escriptores chronistas da época em que se passou essa guerra dos vinte e quantro annos*. (Ibid., p. 22-23)

Em nenhum daqueles cronistas coetâneos encontravam-se explicações que corroborassem as assertivas dos historiadores modernos e, por conseguinte, nenhuma fonte autorizava as "exagerações" daqueles que escreveram posteriormente, dando conta da brava resistência de "pouco mais de 30 ou 37 guerreiros" frente ao formidável contingente holandês. Reforçavam-se, assim, as desconfianças sobre a defesa heróica do forte São Jorge, atribuída por esses escritores ao Castrioto lusitano. Não existiam, conforme Macedo, "fontes insuspeitas e puras" que fornecessem fundamento e justificativa a essa asserção.

> *A fama vai sempre além da verdade, diz Tácito: e com effeito a critica fria e severa tem já por vezes demonstrado, que há na historia alguns preconizados heróes que não resistem a um exame profundo e consciencioso dos feitos que lhes são atribuídos, e outros que perdem boa porção de seus louros, quando a flamma do enthusiasmo não deslumbra a razão, que procura aprecial-os com justeza e livre de prevenções.*(Ibid., p.22-23)

Não menos que treze autores contabilizavam Fernandes Vieira entre os bravos defensores da capitania frente à tomada holandesa, diferindo apenas "na maior ou menor somma de gloria, que tributam ao heróe de dezessete annos de idade". Entre esses, Frei Raphael de Jesus, mais uma vez, despontava como autoridade suspeita, um testemunho que não bastava para avalizar sem maior rigor crítico as proezas do célebre português, pois escrevia como um panegirista e não como verdadeiro historiador.

> *[...] para indical-o como tal basta-nos o titulo da sua obra, o Castrioto Lusitano –: ao lê-lo presume-se que é um poeta que vai cantar um heróe, e não um philosopho que se propõe a escrever a história de um homem. E depois do título desde o prólogo até a ultima pagina do livro as exagerações abundam a cada momento, abafando ou desfigurando a verdade*. (Ibid., p.33)

Macedo concebia a história como um tribunal no qual personagens e supostas ações heróicas deveriam ser submetidos a julgamento crítico, mediante a confrontação metódica dos testemunhos das fontes.[14] Tal operação deveria ser conduzida do modo mais rigoroso possível a fim de dirimir as inexatidões acerca dos fatos e circunstâncias históricas. Existiam homens, contudo, cuja fama se propagava, a despeito dos juízos críticos a que pudessem ser submetidos os seus grandes feitos. Assumiam a forma do que Varnhagen chamara de "mito heróico", perpetuando-se no tempo, de geração em geração.

Ao concluir a dissertação, o orador do Instituto reiterava o seu desabono aos autores de compêndios de história do Brasil que reproduziam, sem um exame criterioso, o relato dos feitos de alguns preconizados heróis. No exercício da sua argumentação crítica, enfim, atingira menos o personagem histórico cujas proezas desmedidas suscitavam as suas desconfianças do que a autoridade das fontes cuja parcialidade não poupara esforços em denunciar. Macedo ponderava, enfim, que não era possível negar os relevantes serviços prestados pelo ilustre e intrépido madeirense na guerra contra os holandeses: "há homens verdadeiramente felizes, privilegiados de donosa fortuna [...]. Para taes homens parece que brilha durante a vida uma estrella propicia, que ainda depois de mortos continua a influir em sua memória" (MACEDO, 1862: 27).

---

[14] Desenvolvo uma análise da concepção de história como "tribunal", recorrente nos discursos de Macedo, em (OLIVEIRA, 2010, pp. 283-298).

***

Em relatório dos trabalhos apresentados no IHGB no ano de 1858, Manoel de Araújo Porto Alegre fez referências elogiosas ao estudo de Macedo, destacando a erudição com que o eminente professor de história do Colégio D. Pedro II recusava os "echos machinaes dos compêndios", estendendo a sua crítica à escrita dos cronistas, tidos como "repetidores" da memória dos acontecimentos históricos.[15] De fato, as dúvidas do orador do Instituto remetiam ao problema da fidedignidade testemunhal das narrativas sobre os feitos heróicos da guerra holandesa. No estudo de Varnhagen, por sua vez, percebe-se que a desconstrução meticulosa do Caramuru não teve como alvo primordial as "invenções" cristalizadas em torno de sua figura, como a epopéia narrada por Santa Rita Durão. Não se tratava, portanto, de um simples menosprezo dos mitos heróicos e crenças populares, creditados à tradição, mas de um ataque vigoroso a sua reprodução sem as devidas corroborações documentais no corpo das obras historiográficas. Sob uma perspectiva mais abrangente, a crítica varnhageniana se fundamentou no reconhecimento de uma estratificação das narrativas possíveis para um dado acontecimento histórico sem propor, necessariamente, a recusa absoluta à sua elaboração sob uma forma poético-imaginativa, interditada aos domínios da escrita da história. Os trabalhos desses autores demonstram, em suma, que a crítica obstinada às narrativas lendárias e fabulosas, além de traço distintivo do texto historiográfico, constituía-se em operação crucial dos historiadores modernos, perpetuando-se como via obrigatória e privilegiada de estabelecimento das verdades históricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas sobre a história pátria. *RIHGB*, Tomo 39, II, 1876, pp. 5-24.

AMADO, Janaína. Diogo Álvares, o Caramuru, e a fundação mítica do Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 25, 2000, pp. 1-53.

CERTEAU, Michel de. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction.* Paris: Gallimard, 1987.

[15] *RIHGB*, Tomo 21, 1858, p. 462.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, 11(3), setembro/dezembro 2007, pp. 306-312.

DENIS, F. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução e notas de Guilhermino César. Porto Alegre: Livraria Lima, 1968.

GRAFTON, Anthony. *Falsarios y criticos*. Creatividad e impostura en la tradición occidental. Barcelona: Editorial Critica, 2001, pp. 85-117.

HERKLOTZ, Ingo. Arnaldo Momigliano's and the Antiquarian': a critical rewiew. In: MILLER, Peter (ed.). *Momigliano and Antiquarianism.* Foundations of the moderns cultural sciences. Canadá: UCLA, 2007, pp. 127-153.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topói*, n. 5, 2002, pp. 184-200.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

KOSELLECK, *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LECLERC, Gerard. *Histoire de l'autorité*: l'assignation des énoncés culturels et la généalogie de la croyance. Paris: PUF, 1996.

LEVINE, Joseph. *The autonomy of history.* Truth and method from Erasmus to Gibbon. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACEDO, Joaquim M. Dúvidas sobre alguns pontos da historia-patria. *RIHGB*, Tomo 25, 1862, pp. 3-41.

MATOS, Raimundo da Cunha. Dissertação acerca do sistema de se escrever a História antiga e moderna do Império do Brazil, *RIHGB*, Tomo 26, pp.122-123.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'historiographie ancienne et modern*. Paris: Gallimard, 1983.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. *Varia Historia,* 2010, vol.26, n.43, pp. 283-298.

PIRES, Murari. Leonardo Bruni e Tucídides: História e Retórica. *Politéia.* Vitória da Conquista/BA, vol. 6, n.1, 2006..

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Introdução e notas de Pedro Calmon. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976,

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil* (Introdução metodológica). 5ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp.86-113.

TURIN, Rodrigo. Em busca do tempo perdido: notas sobre o uso da arqueologia e da filologia no discurso etnográfico do IHGB (1840-1870). Comunicação apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. (Texto cedido pelo autor).

VARNHAGEN, F. A. O Caramuru perante a história. *RIHGB*, Tomo 10, 1848, pp.129-152.

VARNHAGEN, F. A. Frei José de Santa Rita Durão. Biographia dos Brasileiros Distinctos por Letras, Armas, Virtudes, Etc. *RIHGB*, Tomo 8, 1846, pp. 276-283

VOLTAIRE. História. In: *A filosofia da história*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, pp. 3-36.

VOLTAIRE. *O pirronismo da história.* São Paulo: Martins Fontes, 2007.